

CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM SAÚDE: O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR

NARA JACÍ DA SILVA NUNES¹; LISA ANTUNES CARVALHO²; VANESSA ACOSTA ALVES³; VIVIANE MARTEN MILBRATH⁴; ALVARO MOREIRA HYPÓLITO⁵

¹Enfermeira, Mestre em Ciências, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem/UFPEL – njnunes2015@gmail.com

²Enfermeira, Mestre em Ciências. Professora da Faculdade Anhanguera/Kroton – prof.lisaantunescarvalho@gmail.com

³Enfermeira da UTI Neonatal do Hospital Escola EBSEH/UFPEL – vanessaacostaalves@hotmail.com

⁴Enfermeira, Doutora em Enfermagem. Professora da faculdade de Enfermagem/UFPEL – vivianemarten@hotmail.com

⁵Pedagogo, Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em Enfermagem/UFPEL - alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os crescentes avanços tecnológicos, tanto de estrutura física como de capacitação profissional na área materno-infantil, vêm contribuindo para atender crianças que, anteriormente, não sobreviveriam. Muitas dessas crianças passam a evoluir com problemas crônicos, que influenciam de forma permanente o seu crescimento e desenvolvimento, e por serem frágeis clinicamente acabam por se tornarem socialmente suscetíveis (SILVA et al; 2015). Desta forma, as crianças podem apresentar necessidades especiais relacionadas à sua saúde.

As Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES) são consideradas aquelas que apresentam condições motoras, funcionais, comportamentais, emocionais e/ou de desenvolvimento limitantes ou incapacitantes, que apresentam disfunções crônicas e, aquelas que têm maior potencial de risco para apresentá-las. São crianças que podem ter demandas de cuidados de caráter temporário ou permanente, e, muitas vezes dependem de uma multiplicidade de serviços especiais, tanto de saúde como sociais, que vão além dos serviços requeridos pelas crianças em geral (NEVES; CABRAL; SILVEIRA, 2013).

O cuidado a essas crianças acontece em diferentes ambientes implicando na reestruturação das redes sociais. As condições de vida da CRIANES afeta o modo como suas redes de cuidados se articulam e estruturam para atender as demandas (REZENDE; CABRAL, 2010). A família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, é o primeiro contato social dos indivíduos. A seguir, o segundo ambiente de socialização onde o indivíduo é inserido, é a escola. São estes os locais onde aprende a fazer parte da sociedade, em que a criança constitui sua identidade (TEIXEIRA, 2013).

A inclusão social é sempre um tema importante e amplo a ser discutido. Quando se trata especificamente de CRIANES, sua importância é potencializada, por se tratar de pessoas, muitas vezes, privadas da convivência e circulação social devido às limitações que podem apresentar.

Desta forma, falar de inclusão escolar de CRIANES constitui-se um desafio para as áreas de educação e saúde, que devem estar aliadas às famílias para concretizar a permanência da criança na escola.

A Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, trazem como objetivos fundamentais a inexistência de preconceitos e quaisquer outras formas

de discriminação, a educação como um direito de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras e que estas devem ser acomodadas pela escola, tendo o acesso, a participação e a aprendizagem nas escolas regulares (BRASIL, 1988; UNESCO, 1994; BRASIL, 2008).

Entendendo que muitas vezes as necessidades educacionais perpassam por problemas decorrentes da saúde sente-se a necessidade de mencionar os profissionais de saúde como agentes do processo de inclusão. A atuação da equipe interdisciplinar é fundamental para o bom prognóstico das CRIANES. Um processo que só será possível se famílias, professores e profissionais de saúde, atuarem juntos em prol do desenvolvimento físico e cognitivo efetivo da criança, oferecendo uma educação de qualidade, que atenda as necessidades e capacidades de todos os alunos, incluindo, alunos com necessidades especiais.

A atuação de diversos setores para promover a saúde é essencial para incidir sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença, podendo trazer melhores resultados quando comparados a ações isoladas (SILVA, et al; 2015).

Diante do exposto chegou-se a seguinte questão de pesquisa: Como se dá o processo de inclusão às crianças com necessidades especiais em saúde na rede regular de ensino?

O objetivo geral deste estudo será o de compreender o processo de inclusão das crianças com necessidades especiais em saúde na rede regular de ensino.

Os objetivos específicos são: investigar as políticas públicas para inclusão das crianças com necessidades especiais em saúde; analisar as medidas implementadas nas escolas, da rede municipal de ensino, para a inclusão das crianças com necessidades especiais de saúde e identificar a percepção das famílias de crianças com necessidades especiais de saúde sobre o processo de inclusão.

2. METODOLOGIA

O estudo em questão é o pré-projeto de tese de doutorado que será desenvolvido como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório.

Pesquisa qualitativa se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões. Permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares e propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação, enquanto a pesquisa descritiva visa descrever as características de uma população. Já a fase exploratória da investigação compreende desde a construção do projeto até os procedimentos e testes para entrar em campo para a coleta dos dados, possibilitando durante este processo um movimento de definição e redefinição do objeto do estudo em todas as suas etapas (MINAYO, 2010; GIL, 2010).

A pesquisa será realizada na rede municipal de ensino da cidade de Pelotas e terá como participantes os professores da rede municipal de ensino e familiares de crianças com necessidades especiais de saúde.

Serão adotados os critérios de inclusão a seguir, para cada uma das populações estudadas:

Professores da rede municipal de ensino:

- Ser professor efetivo do ensino fundamental da rede municipal de ensino,
- Assistir a crianças dos seis aos doze anos de idade;
- Ter em seu grupo de alunos pelo menos uma CRIANES;

Familiars de CRIANES:

- Ser o responsável legal pela criança,
- Falar o idioma português.

Para a exclusão dos participantes da pesquisa serão utilizados os seguintes critérios:

Professores da rede municipal de ensino:

- Desenvolver suas atividades fora da sala de aula (direção, vice-direção, orientação, Atendimento Educacional Especial, etc.)
- Estar afastado de suas atividades no período da coleta de dados, seja por férias, licença, maternidade, licença saúde ou outras.

Familiars de CRIANES:

- Não participar ativamente da vida escolar da criança.

Durante as fases da pesquisa serão respeitados todos os princípios éticos previstos na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, envolvendo Pesquisa com Seres Humanos e o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Para a coleta de dados serão utilizados os métodos de análise documental e entrevistas semiestruturadas.

A análise dos dados acontecerá por meio da análise de conteúdo de Bardin (BARDIN, 2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo em questão ainda não possui resultados para divulgação. Os seus resultados irão integrar a tese de Doutorado, do curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.

Neste momento o projeto encontra-se em fase de aprofundamento das leituras para fortalecimento do referencial teórico e revisão de literatura para posterior qualificação. Estão acontecendo as visitas em órgãos ligados à educação e saúde a fim de conhecer o que o município oferece atualmente para as CRIANES e enriquecer as discussões do projeto. Concomitantemente a isso está havendo as leituras legislação vigente e histórico dos documentos e legislações que atendem à população estudada.

4. CONCLUSÕES

Acredita-se que os resultados oriundos deste estudo poderão colaborar para melhorar o processo de inclusão das crianças com necessidades especiais em saúde na rede de ensino, visto que através dele serão investigadas as políticas públicas para inclusão das crianças com necessidades especiais; analisadas as medidas implementadas nas escolas, da rede municipal de ensino, para a inclusão das crianças com necessidades especiais de saúde e identificada a percepção das famílias de crianças com necessidades especiais de saúde sobre o processo de inclusão.

Espera-se que este sirva de motivação para a realização de outros trabalhos com foco nas CRIANES.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Acessada em 22 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 54p.

NEVES, E. T., CABRAL, I. E., SILVEIRA, A.. Rede familiar de crianças com necessidades especiais de saúde: implicações para a enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. São Paulo, 2013. Mar/ Abr. V 21, N.2, 9 telas. Acessado em 22 de maio de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0562.pdf.

REZENDE, J. M. M.; CABRAL, I. E.. As condições de vida das crianças com necessidades especiais de saúde: determinantes da vulnerabilidade social na rede de cuidados em saúde as crianças com necessidades especiais de saúde. **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental On Line**. Rio de Janeiro, 2010. Out/Dez. v 2(Ed. Supl.), p: 22-25. Acessado em 25 de maio de 2017. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/773/pdf_68

SILVA, R. M. M.. Busca ativa de crianças com necessidades especiais de saúde na comunidade: relato de experiência. **Revista de Enfermagem da UFSM**. Santa Maria, 2015. Jan/Mar; v 5, n.1, p:178-185.

TEIXEIRA, G. A. S.. **A relação família-escola na perspectiva das famílias**. 2013. 110f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**. Salamanca – Espanha, 1994